

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI  
CAMPUS HERÓIS DO JENIPAPO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

TAMYRES ALVES DE OLIVEIRA

**ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA DOS POVOS  
INDÍGENAS EM ESCOLAS PÚBLICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA  
DOCENTE**

**CAMPO MAIOR**  
**2025**

**ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA DOS POVOS  
INDÍGENAS EM ESCOLAS PÚBLICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA  
DOCENTE**

**TAMYRES ALVES DE OLIVEIRA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à coordenação do curso de Pedagogia da Uespi/Campo Maior- Piauí, *Campus Heróis do Jenipapo*, como exigência parcial para a obtenção de título de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mirian Abreu Alencar Nunes

**CAMPO MAIOR  
2025**

TAMYRES ALVES DE OLIVEIRA

**ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA DOS POVOS  
INDÍGENAS EM ESCOLAS PÚBLICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA  
DOCENTE**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à coordenação do curso de Pedagogia da Uespi/Campo Maior- Piauí, *Campus Heróis do Jenipapo*, como exigência parcial para a obtenção de título de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mirian Abreu Alencar Nunes

Monografia defendida e aprovada em 12 de junho de 2025

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mirian Abreu Alencar Nunes (UESPI)  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Telma Cristina Ribeiro Franco (UESPI)  
(Examinador 1)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mara Ligia Fernandes Costa (UESPI)  
(Examinador 2).

048a Oliveira, Tamires Alves de.

Análise bibliográfica sobre o ensino da história dos povos indígenas em escolas públicas e suas implicações na prática docente / Tamires Alves de Oliveira. - 2025.

36 f.: il.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Licenciatura em Pedagogia, Campus Heróis do Jenipapo, Campo Maior-PI, 2025.

"Orientadora: Prof.ª Dra. Mirian Abreu Alencar Nunes".

1. Educação. 2. Prática Docente. 3. Cultura Indígena. 4. Lei 11.645/2008. I. Nunes, Mirian Abreu Alencar . II. Título.

CDD 370.11

Dedico esse esforço a meu pai Luis e minha mãe Ana Fábia. Ambos se fizeram sempre presentes e assíduos incentivadores de minha educação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado a vida e saúde para que eu pudesse chegar até aqui, e à santa Terezinha, por guiar meus passos. Agradeço a meu pai Luis Saraiva que mesmo sendo muito rígido comigo, sempre acompanhou de perto minha educação, me motivando a me superar cada vez mais. Agradeço a minha mãe Ana Fábia dos Santos que me deu amor, carinho e me ensinou a estudar e me tornar uma pessoa independente. Agradeço a minhas irmãs Ana Ingrid e Maryelly que estão sempre vibrando comigo pelas minhas conquistas e sendo minhas grandes incentivadoras. Agradeço a meu namorado João Victor pelo amor, carinho, companheirismo e palavras de motivação durante o curso.

Agradeço a minha tia Jesus por ter sido meu suporte no início, emprestando todos os dias seu celular e wi-fi para que eu pudesse estudar para passar no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e assistir as primeiras aulas do curso de forma on-line. Agradeço a minha tia Sueli e meu tio Antonio Francisco que me abrigaram em sua casa nos primeiros períodos e assinaram meus documentos de requerimento para obtenção de auxílio. Agradeço meu padrinho Chico Gago e minha madrinha Luzia que posteriormente cederam sua casa de Campo Maior para que eu morasse com minhas irmãs.

Agradeço a minha importantíssima orientadora Miriam que mesmo nos últimos meses aceitou orientar minha pesquisa e se fez tão necessária para minha aprovação. Agradeço as “cumades” dessa caminhada de ensino superior Railane, Francisca, Maria de Jesus e Maira por me fazerem rir e tornar esses quase cinco anos mais leves.

Agradeço ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que me fez enxergar a sala de aula com um olhar mais delicado e proporcionou minhas primeiras experiências ministrando aulas para o ensino fundamental e a UESPI pelo título a mim concedido. Agradeço a professora Ana Gabriela por ser uma alma tão humana e acolhedora. Agradeço a professora Rebeca Hennemann pelos puxões de orelha necessários e por ter inspirado a temática de minha pesquisa. Agradeço a professora Suênya por ter sido a bússola inicial que norteou meus primeiros rabiscos da investigação.

Agradeço ainda aos poucos que vibraram comigo quando passei para o meu curso de licenciatura. Sou a primeira da família de meu pai e a primeira da família de minha mãe a me formar em uma Universidade Pública e agradeço a mim mesma por suportar todo o processo e ter superado as dores e obstáculos que me fizeram chegar até aqui.

*“Que eu seja todo dia como um girassol  
de costas pro escuro e de frente pra luz.”*  
(Whindersson Nunes)

## RESUMO

Incluir a cultura indígena nas matrizes curriculares de ensino é uma forma de fazer presente o conhecimento e a importância que os povos nativos possuem na construção de nossa nacionalidade, além de enriquecer os aprendizados referentes a estes. Diante disso, a presente pesquisa parte da seguinte questão problema: Como deve ser abordado o tema indígena em salas de aula no ensino fundamental? O objetivo geral foi analisar subsídios teóricos acerca do ensino da temática indígena em salas de aula do ensino fundamental, e os objetivos específicos foram: discutir a efetivação da Lei Federal 11.645/2008; demonstrar a importância da prática docente ao ser abordada a cultura indígena em salas de aula; descrever as metodologias utilizadas para se trabalhar a cultura indígena no Ensino Fundamental, relacionando aos conhecimentos construídos pelos alunos. Sobre a metodologia, esta refere-se a uma pesquisa bibliográfica, baseada em contribuições literárias, tais como os autores: Bringmann; Gottert (2021), Carie e Lima (2018) e Lei 11.645 de 2008; Freire (2022), Pimenta (1996), Silva (2012); Bicalho, Tristão Maciel e Oliveira (2022), Fernandes (2023) e Kayapó (2019). Os resultados da pesquisa mostram que mesmo após quase duas décadas de vigência da Lei 11.645/2008, ainda é pouco discutida a temática indígena nas escolas, e os conhecimentos sobre a temática prevalecem com ideias cheias de estereótipos, além de destacar a importância da prática docente frente à construção de metodologias de ensino para fundamentalização de saberes que somem ao aprendizado de maneira positiva, bem como, o silenciamento de vozes indígenas que discutem estas questões.

**Palavras-chave:** educação; prática docente; cultura indígena; Lei 11.645/2008;

## ABSTRACT

Including indigenous culture in school curricula is a way of highlighting the knowledge and importance that native peoples have in the construction of our nationality, as well as enriching learning about them. In view of this, the present research starts from the following question: How should the indigenous theme be addressed in primary school classrooms? The general objective was to analyse theoretical subsidies regarding the teaching of indigenous issues in primary school classrooms, and the specific objectives were: to discuss the implementation of Federal Law 11.645/2008; to demonstrate the importance of teaching practice when addressing indigenous culture in classrooms; to describe the methodologies used to work with indigenous culture in primary education, relating them to the knowledge constructed by students. The methodology refers to a bibliographic research based on literary contributions, such as the authors: Bringmann; Gottert (2021), Carie and Lima (2018) and Law 11,645 of 2008; Freire (2022), Pimenta (1996), Silva (2012); Bicalho, Tristão Maciel and Oliveira (2022), Fernandes (2023) and Kayapó (2019). The results of the research show that even after almost two decades of Law 11.645/2008 being in force, the indigenous theme is still little discussed in schools, and knowledge on the subject is still dominated by stereotypical ideas. It also highlights the importance of teaching practices in the development of teaching methodologies that fundamentally contribute to learning in a positive way, as well as the silencing of indigenous voices that discuss these issues.

**Keywords:** education; teaching practice; indigenous culture; Law 11.645/2008;

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2. METODOLOGIA</b>	14
<b>3. O QUE REVELA A LITERATURA?</b>	17
<b>3.1 A efetivação da Lei Federal 11.645/2008 no contexto escolar</b>	17
<b>3.2 A relevância da prática docente para a disseminação da cultura indígena</b>	21
<b>3.3 Metodologias para o ensino de aspectos referentes aos povos indígenas</b>	24
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	32
<b>REFERÊNCIAS</b>	34

## 1. INTRODUÇÃO

Trazer à sala de aula metodologias diversificadas para trabalhar as questões referentes aos povos indígenas é de suma importância para a construção de conhecimentos significativos e mais amplos em relação a estes, além de romper com estereótipos associados. Paralelo a isso, muitas produções acadêmicas apontam que a maioria das pessoas ainda têm em mente uma ideia errônea sobre o ser indígena. Possuem a concepção de serem pessoas que somente andam pelados e usando penachos ao corpo.

Dessa forma, este trabalho apresenta resultado de uma pesquisa fundamentada a partir da seguinte questão problema: Como deve ser abordado o tema indígena em salas de aula no ensino fundamental? Esta tem como objetivo geral analisar subsídios teóricos acerca do ensino da temática indígena em salas de aula do ensino fundamental, e como objetivos específicos: discutir a efetivação da Lei Federal 11.645/2008; demonstrar a importância da prática docente ao ser abordada a cultura indígena em salas de aula; descrever as metodologias utilizadas para trabalhar a cultura indígena no Ensino Fundamental relacionando aos conhecimentos construídos pelos alunos.

A metodologia do trabalho descreve o caminho que este percorreu para chegar aos resultados encontrados. Neste sentido, o presente estudo parte de uma pesquisa bibliográfica sobre as produções acadêmicas e práticas a respeito dos recentes estudos que versam sobre o ensino da história dos povos indígenas nas salas de aula em turmas do Ensino Fundamental. O estudo traz um caráter explicativo e fundamenta-se em pesquisa bibliográfica.

Os principais autores que esclarecem as discussões são: Lei Federal 11.645/2008 Brasil (2008), trazendo a obrigatoriedade do estudo sobre a história afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental. Bringmann e Gottert (2021) e Carie e Lima (2018) que abordam um pouco do percurso histórico, traçando os principais marcos. Os autores Freire (2022) e Pimenta (1996) discutem a relação que a prática docente exerce na construção de metodologias para o ensino da temática em questão. Por sua vez, Silva (2012) destaca a falta de grades curriculares nos cursos de formação docente que tragam disciplinas voltadas para a cultura indígena.

O trabalho ainda conta com as contribuições de Bicalho, Tristão Maciel e Oliveira (2022), Fernandes (2023) e Kayapó (2019), abordando as metodologias que ainda são utilizadas em sala de aula pelos docentes acerca da temática indígena, e o efeito que o uso dessas metodologias causam no conhecimento construído pelos alunos

O interesse em pesquisar sobre a temática partiu da vivência como estudante na formação inicial, que me permitiu perceber uma constante repetição de metodologias estereotipadas por parte da docência. Recordo do período inicial da idade escolar, ao chegar o dia 19 de abril, quando todos de minha turma éramos pintados e os professores produziam penachos de papelão ou algo que representasse um cocar indígena. como se todos os nativos usassem as mesmas indumentárias, colocando a diversidade indígena dentro de um mesmo quadro social e identitário.

Ademais, no terceiro período do curso de licenciatura em Pedagogia, com a disciplina História e cultura afro-brasileira, tive a oportunidade de perceber a diversidade cultural e metodológica existente, além da necessidade da expansão deste conhecimento, colocando a temática como algo a ser pesquisado mais a fundo em meu trabalho de conclusão de curso.

A pesquisa realizada possui relevância, tanto no campo acadêmico, quanto social. Academicamente, porque analisa a efetivação da Lei Federal 11.645/2008, que institui a obrigatoriedade do ensino de histórias e cultura afro-brasileira e indígena no currículo da educação básica brasileira, além de reforçar a elaboração de pesquisas e estudos voltados para a temática.

Ainda no âmbito acadêmico, a pesquisa contribui também para a discussão da obrigatoriedade de disciplinas que abordem a valorização dos aspectos referentes aos povos indígenas em cursos de formação docente, proporcionando aos professores melhor preparo para o uso de metodologias adequadas em sala de aula.

Já se tratando da relevância social, este estudo traz a importância da contação da história dos nativos, visto que oportuniza o conhecimento da sociedade em geral, e a influência que estes povos possuem sobre o nosso país, além de suas particularidades, singularidades e conhecimento das diversas culturas. Assim, será possível quebrar o ciclo de ideias estereotipadas que se perpetuam sobre um único jeito de ser “índigena”, uma figura idealizada que muitos ainda associam aos nativos.

Os resultados do estudo revelaram que mesmo após dezessete anos de existência da lei que torna obrigatório o ensino da cultura indígena nas escolas, este ainda acontece de forma tímida e centralizada em datas específicas. Além disso, demonstrou a valorização da prática docente como ferramenta fundamental para o uso adequado de metodologias que superem a constante repetição de práticas carregadas de traços estereotipados que favorecem a construção de um conhecimento que acaba por representar os povos originários da mesma maneira que foi construída pelos portugueses.

Esclarecemos que a monografia está organizada em quatro capítulos, sendo: introdução, metodologia e revisão de literatura/discussão dos resultados, sendo este último composto por três subtópicos, além das considerações finais. É importante destacar que a investigação conta com a discussão dos resultados dentro da própria revisão de literatura, visto que o trabalho se trata de uma pesquisa bibliográfica.

Na sequência, apresentamos o percurso investigativo do trabalho.

## 2 . METODOLOGIA

Adotar a prática da pesquisa científica no contexto acadêmico é de suma importância, pois permite algo vital para os estudantes como desenvolver habilidades de pensamento crítico e capacidade de análise, além de aprofundar o conhecimento em áreas específicas.

Richardson (2012) afirma que não existe uma pesquisa perfeita e nem uma fórmula para tal, já que, segundo ele, “A investigação é um produto humano, e seus produtores são seres falíveis” (2012, p. 15). O autor enfatiza a necessidade do entendimento de que por mais que uma pesquisa seja produzida com êxito, ainda assim, está sujeita a falhas, já que não se isenta de possíveis distorções durante os estudos e realização de análises.

Para Chizzotti (2000), a pesquisa está como uma ferramenta de investigação que possibilita o estudo e reflexão dos acontecimentos tornando assim, os indivíduos mais preparados para futuros enfrentamentos. Nessa pesquisa o percurso investigativo nos permitiu ter maior compreensão acerca de como a temática indígena é abordada em sala de aula e como os conhecimentos construídos a partir desta, constroem a imagem indígena para os alunos. Tais aspectos dizem respeito a importância que a pesquisa traz para a produção de estudos e consequentemente conhecimentos acerca de um tema. Demonstrando assim sua importância e necessidade de existência.

Além dos pontos já destacados, a pesquisa se constitui como instrumento importante à medida que possibilita a detecção de algo mais concreto, a construção de um conhecimento científico, visto que possibilita uma fuga do senso comum e traz olhares acadêmicos explicados cientificamente com a pesquisa. Referente a isso Lehfeld (1991) apud Fonseca, 2002, p. 20) “refere a pesquisa como sendo a inquisição, o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade”.

Este trabalho aborda a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2008, p. 50) “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Ainda sobre as pesquisas bibliográficas, o mesmo autor ressalta que estas possuem pontos importantes, sendo alguns positivos e outros negativos. A respeito dos pontos positivos, este ressalta que permite o acesso a um grande leque de informações de forma rápida e fácil. Relacionando aos pontos negativos, o autor acrescenta que ao estudar materiais que tenham sido processados de forma errada, se o pesquisador não tiver cuidado, pode alterar o resultado da pesquisa Gil (2008).

Conforme Richardson (2012, p. 22) “a metodologia são as regras estabelecidas para o método científico”. Diante disso, destacamos que esta seção traz o caminho metodológico percorrido para a realização da pesquisa, tal aspecto partirá do detalhamento do tipo de pesquisa quanto aos objetivos, o tipo de estudo e ainda a análise dos dados.

Sobre as etapas da pesquisa de maneira inicial, definimos o tipo de pesquisa quanto aos objetivos, pelo qual a investigação teve caráter explicativo. Richardson (2012) afirma que os estudos explicativos estão diretamente ligados à análise de fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos, mais especificamente a razão. Posteriormente determinamos o tipo de estudo adotado no trabalho, que ocorreu a partir de um levantamento da literatura base utilizada na pesquisa.

De acordo com Fonseca (2002, pg. 31) “qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto”. Essa característica faz da investigação bibliográfica, um estudo mais fundamentado e sólido. A respeito da temática indígena, nós já havíamos conhecido um pouco da temática a partir dos estudos construídos com a disciplina de História e Cultura Afro-brasileira. Este nos permitiu compreender a existência de grupos indígenas no estado do Piauí, significados de alguns simbolismos das pinturas corporais destes, assim como, algumas palavras do nosso vocabulário usado no cotidiano que são de origens indígenas.

Dando continuidade à metodologia adotada neste formato de pesquisa, realizamos a seleção de fontes bibliográficas a partir de palavras chaves como: temática indígena, prática docente e metodologias de ensino, todos encontrados tanto em livros físicos, como em sites de pesquisa acadêmica. Já os critérios adotados, dizem respeito a inclusão de bibliografia indígena visto que é uma das vertentes defendidas no trabalho, dar voz também a pessoas indígenas. Bem como, trazer para a pesquisa ainda, estudos que sucedessem a data após a promulgação da lei 11.645/2008.

Por fim, efetuamos a análise de dados, a partir da investigação interpretativa dos resultados obtidos nos referenciais. Neste aspecto, Gil (2008), salienta que a análise e interpretação possuem uma interligação mesmo que com conceituações distintas. Isso porque, a análise tem função de organizar os dados no intuito de fornecer as respostas, enquanto “a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo dessas respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos”. (2008, pg. 156). Ou seja, a partir das informações que já tínhamos acerca da temática, agregada ao novo conhecimento construído, foi possível ampliar ainda mais o repertório teórico, base de nossa pesquisa.

Segundo Pádua (s.d), a análise de dados se faz importante à medida que é possível perceber a partir dela a existência ou ausência da criatividade do autor. Pádua (s.d) ressalta ainda que “o momento da análise dos dados configura-se como uma possibilidade de estabelecermos novas relações entre os dados coletados, o que pode significar avançarmos no plano do conhecimento”. Fato que nos possibilitou ir além do conhecimento que possuímos tanto sobre a relevância da legislação que fundamenta o ensino de aspectos referentes aos povos indígenas.

Gil (2008, p. 156) destaca que “a análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação”. Conforme destacam os autores, a análise de dados se configura em um importante processo pelo qual é possível obter informações sobre a respectiva temática, ou ainda, compreender a medida que se consegue respostas para determinados questionamentos.

Neste sentido, fica evidente que a análise da fundamentação foi fundamental para que chegássemos à conclusão da referente investigação. Cabe ainda salientar que a análise dos dados foi realizada em conjunto com a construção da revisão de literatura, visto que, por se tratar de pesquisa bibliográfica, é pertinente que a escrita da análise seja atrelada ao aporte teórico.

Entendemos que para uma melhor compreensão, a investigação deve partir de três subtópicos que abordam as categorias adotadas em nossa investigação, as quais denominamos de: A efetivação da Lei Federal 11.645/2008 no contexto escolar; A relevância da prática docente para a disseminação da cultura indígena; Metodologias para o ensino de aspectos referentes aos povos indígenas.

Estas estão fundamentadas principalmente nas produções de: Bringmann; Gottert (2021), Carie e Lima (2018) e Lei 11.645 de 2008 - Percurso histórico/Legislação; Freire (2022), Pimenta (1996), Silva (2012) - Prática docente; Bicalho, Tristão Maciel e Oliveira (2022), Fernandes (2023) e Kayapó (2019) - Metodologias para o ensino da cultura indígena.

Na sequência, passamos a apresentar a análise do estudo que se encontra ancorada na revisão de literatura.

### **3. O QUE REVELA A LITERATURA?**

Considerando que nossa investigação adota a pesquisa bibliográfica como recurso metodológico, essa seção tem como objetivo revelar os dados encontrados a partir do conhecimento construído na revisão de literatura sobre a temática cultura indígena no processo de ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental, já realizando a análise desses dados.

Desta forma, optamos em organizá-la em três categorias, as quais abordam o processo de implantação da Lei 11.645/2008, aspectos da prática docente relacionados a construção de ensino do tema indígena, e por fim, as estratégias metodológicas utilizadas no Ensino Fundamental.

#### **3.1 A efetivação da Lei Federal 11.645/2008 no contexto escolar**

A história dos povos indígenas não é recente, ela está inserida no país então denominado Brasil, desde antes mesmo de seu “descobrimento” no ano de 1500. No entanto, de lá para cá o que ainda prevalece na educação é a continuidade de um ensino com marcas coloniais. Sobre os primeiros estudos que abordaram a história dos indígenas Carie e Lima (2018, p. 777) afirmam que:

[...] desde os primeiros contatos entre europeus e indígenas, no final do século XV, até a década de 1980, o conhecimento histórico sobre esses povos foi produzido hegemonicamente a partir de uma perspectiva eurocêntrica. Trata-se de uma história escrita por colonizadores e seus descendentes. Isso significa que desde o período inicial da colonização do Brasil até fins do século XX, as obras escritas sobre o próprio processo colonial – crônicas, cartas e relatos primários, até obras de historiografia representaram as culturas indígenas a partir de um olhar não-indígena que, na sua grande maioria, os considerava como inferiores em relação à cultura europeia, cristã, escravista e colonizadora.

Os autores chamam nossa atenção para o fato dos conhecimentos acerca dos nativos serem descritos e contados por pessoas não indígenas, o que acarreta em uma visão que conta apenas um lado da história, privilegiando uns em detimentos de outros. Tal aspecto pode estar relacionado com os conhecimentos regrados referentes aos nativos, gerando uma perspectiva predominantemente eurocêntrica.

Segundo Bringmann e Gottert (2021), o nascimento da história como disciplina a ser ensinada teve surgimento no século XIX em meio a um cenário de construção identitária nacional, assim tendo como objetivos o ensino de uma história do Brasil que estava se consolidando no momento. A partir disso, os autores mencionam que a temática dos povos indígenas se inseriu em uma narrativa “ufanista da colonização europeia”.

Ainda sobre a temática indígena, no ensino de história os mesmos autores Bringmann e Gottert (2021, p. 60) ressaltam que esta era:

[...] posta a serviço do que as elites da época pretendem como o projeto para a nação, e de como o campo da história vai sendo explorado de forma a construir e cristalizar uma única história nacional, na qual embora se atravessem as narrativas dos europeus que vêm para o Brasil e dos indígenas que já estão aqui, os últimos são inferiorizados e invisibilizados frente aos primeiros.

É nessa vertente que os primeiros estudos irão centralizar os indígenas, abordando os mesmos em uma perspectiva colonial, pautada na figura destes como preguiçosos, que viviam deitados em redes, cobertos por penachos e que costumavam pintar-se e pescar. A representatividade e narrativa a ser apresentada era sempre a mesma: pessoas agressivas e selvagens, colocando-os como seres inferiores aos europeus e ainda, atrasados. Tais discussões iniciais deixam de fora da construção nacional os povos indígenas, trazendo como protagonistas os europeus (Bittencourt apud Bringmann; Gottert, 2021, p.60).

Conforme já mencionado, devido a toda exclusão e tentativa de apagamento a respeito da história indígena, a maioria dos estudos que tratam desta temática, são realizados por autores não indígenas que deixam de retratar a vasta diversidade cultural existente nestes povos, generalizando o “ser indígena”. Diante dessa perspectiva, Bringmann e Göttert (2021) ressaltam a importância de que esse ensino seja realizado a partir de vozes indígenas, possibilitando assim, o conhecimento advindo da visão dos mesmos, através de sua experiência.

Neste processo, Serrano Brasil (2018), desenvolveu sua pesquisa de conclusão de curso, enfatizando a importância de buscar estudos realizados pelos próprios indígenas, como também suas histórias orais, a fim de trazer à sociedade a visão dos mesmos acerca do conceito de descobrimento do Brasil. Para isso, a autora traz em seu trabalho alguns estudos sobre essa importância, bem como, conceitos na visão de alguns representantes de grupos étnicos indígenas.

A partir da promulgação da vigente Constituição brasileira, em 5 de outubro de 1988, os indígenas passam a ter seu direito de viver em suas terras tradicionalmente ocupadas conforme suas próprias culturas, ficando incumbido a União a garantia destes direitos. (Brasil, 1988, art. 231). No entanto, o que prevalece na atualidade ainda não condiz com os termos defendidos na Carta Magna como direitos, havendo várias violações da mesma. Ainda assim, conforme ressalta Cunha (1992), a Constituição de 1988 é um grande avanço por parte do Estado, em consonância ao reconhecimento dos “direitos originários dos índios” (Cunha, 1992, p. 17).

No ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), já previa a oferta da educação escolar bilíngue e intercultural aos indígenas com o intuito de valorizar suas identidades étnicas e a recuperação de suas memórias históricas. Além disso, ela permite o reconhecimento de metodologias indígenas no ensino-aprendizagem. A respeito dessa lei, Cárie e Lima (2018, p. 775) apontam que:

Todo esse processo consolidou a noção do direito à memória diferenciada por parte dos povos indígenas, bem como o entendimento de que a preservação e a disponibilização de bens culturais que evidenciam as mais diversas histórias indígenas também são ações afirmativas. Tal contexto também criou condições para que, em poucos anos, houvesse um aumento significativo da produção de livros, filmes e outras obras publicadas de autoria indígena, com registros de suas versões da história.

A partir do exposto acima, podemos notar que a criação dessa lei possibilitou o conhecimento acerca da importância de ações afirmativas que valorizem a cultura e representação indígena. Além de ter ampliado o crescimento de produções escritas por pessoas indígenas, trazendo assim, a contação da história a partir da perspectiva dos nativos.

No ano de 2012, também é louvável mencionar, a criação da conhecida Lei de Cotas para vagas em Instituições de ensino superior destinadas a pessoas indígenas. A Lei 12.711, previa em seu artigo 3º, vagas em Instituições de ensino superior, vagas para pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas. Em 2023, essa lei passou por uma alteração, entrando em vigor a lei 14.723, de 2023, que além de incluir pessoas com deficiências, já mencionadas em uma outra alteração da lei 12.711, ocorrida em 2016, também inclui quilombolas. Essa foi sem dúvida uma grande conquista para os povos indígenas, visto que, com mais pessoas indígenas em instituições de nível superior, o número de pesquisas voltadas para esses povos também aumentam e ainda com visão de propriedade, contribuindo para a diversidade do conhecimento sobre a temática.

Outro marco educacional importante a respeito dos povos originários, é a criação da lei 11.645 de 2008. Essa lei traz a obrigatoriedade de conteúdos da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Brasil (2008)

Conhecer o processo de implementação da Lei 11.645 de 2008 é de suma importância para que possamos compreender sua efetivação na prática do ensino e aprendizagem voltada para estudantes do ensino fundamental. A importância dessa lei é a de fazer com que as escolas oportunizem aos estudantes um conhecimento mais aprofundado sobre a temática. No entanto, o que se pode perceber é a não atuação dessa lei em vigor nas escolas, não sendo seguida como a mesma propõe, deixando a temática indígena apenas para ser discutida em uma única data do ano, no dia 19 de abril e ainda de forma estereotipada.

Ao mencionar a data 19 de abril, elencamos também a lei nº 14.402, de 8 de julho de 2022, que trata da mudança de nomenclatura, passando a ser denominada então “Dia dos povos indígenas”, essa mudança ocorreu devido ao termo “índio” ser muito estereotipado e o termo indígena remeter a várias culturas, trazendo a diversidade existente nos povos indígenas e possibilitando um olhar mais ampliado para com estes. Tal mudança já mostra um avanço em relação a preocupação sobre a imagem indígena a ser repensada e construída nas práticas escolares.

É perceptível os avanços já ocorridos durante esse percurso histórico, no entanto, cabe ressaltar que essas conquistas já alcançadas se fazem a partir das lutas de grupos indígenas que buscam a melhoria e o reconhecimento de sua importância para a formação nacional, como também à preservação de suas culturas tão dizimadas ao longo da história. Sem essas lutas é pouco provável que já se tivesse alcançado tais conquistas.

Diante do exposto, ressaltamos que a criação da Lei Federal 11.645/2008 no contexto escolar ocorreu através de muitas lutas e confrontos referente aos direitos dos povos originários, e sua efetivação ainda caminha a passos lentos. Tal legislação é advinda de um processo histórico que decorreu da criação da história como disciplina a ser ensinada, visando a construção de uma identidade nacional cujo discurso era pautado no eurocentrismo.

Os autores Bringmann e Göttert (2021) defendem que a partir de então a construção nacional pautou em histórias que colocavam os europeus como protagonistas e isso vem se fazendo presente nos discursos desde então, visto que pouco se é considerado a perspectiva indígena. Os autores também chamam atenção para a contação de história a partir da perspectiva indígena, trazendo aos discursos a representação e visão dos mesmos em relação ao percurso perpassado.

A importância da lei se dá a medida que criou ponte para o ensino do tema, possibilitando aos alunos o conhecimento acerca das diversidades encontradas dentro dos vários povos, como suas culturas e modos de vida diversos, difundindo ideias que colocam os originários apenas como grupos que moram de forma isolada na floresta, sem haver uma abordagem que permita aos alunos perceberem sua importância e necessidade de estudos mais aprofundados, afinal, todos carregamos traços indígenas em nós mesmos.

### **3.2 A relevância da prática docente para a disseminação da cultura indígena**

O professor possui papel fundamental na construção de aprendizado dos alunos. Sua importância não se faz diante ser um detentor do conhecimento ou mediador deste, mas de alguém que servirá como ponte para todo o saber construído juntamente com os alunos. Conforme traz Freire (2022, p. 25), se faz necessário “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Ao mencionar isso, o autor traz a importância do professor oportunizar momentos que propiciem o desenvolvimento da autonomia dos alunos como próprios produtores desse conhecimento.

A importância da prática docente se dá, à medida que influencia nos caminhos necessários que poderão contribuir para a construção de uma aprendizagem significativa. Na obra *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, Freire (2022) traz vários conceitos ao decorrer do livro, que dizem respeito ao que se deve levar em conta ao pensar o ato de ensinar. Segundo o autor, dentre tantas outras coisas, ensinar exige rigorosidade metódica, exige criticidade, exige respeito aos saberes dos educandos e exige reflexão crítica sobre a prática, destacando vários critérios a serem pensados para a adoção de uma prática educativa.

Acerca da prática docente, Pimenta (1996) relaciona esta com elementos importantes mencionando a experimentação metodológica e a construção das diversas práticas estabelecidas pelo docente na busca de soluções para problemas. Franco (2016), elenca esta como “uma prática relacional, medida por múltiplas determinações”. A prática docente é parecida com a prática pedagógica, fazendo serem confundidas algumas vezes, no entanto, há existência de diferenciações entre estas. Quanto a essa distinção Franco (2016, p. 541) diz que:

A prática docente configura-se como prática pedagógica quando esta se insere na intencionalidade prevista para sua ação. Assim, um professor que sabe qual é o sentido de sua aula em face da formação do aluno, que sabe como sua aula integra e expande a formação desse aluno, que tem a consciência do significado de sua ação, tem uma atuação pedagógica diferenciada: ele dialoga com a necessidade do aluno, insiste em sua aprendizagem, acompanha seu interesse, faz questão de produzir o aprendizado, acredita que este será importante para o aluno.

Assim, a prática docente deve caminhar juntamente a prática pedagógica, visto a necessidade de que haja uma ação por parte do professor em inteirar o aluno com o ensino. É necessário proporcionar práticas capazes de possibilitar o aprendizado dos alunos. Diante dos conceitos sobre a prática docente e interligando essa na construção de metodologias a serem trabalhadas a temática indígena, podemos destacar a carência de metodologias que promovam o conhecimento plural e que fuja de estereótipos.

Quanto às carências que ainda possuem tais metodologias aplicadas em sala de aula, destacamos a falta de materiais didáticos que retratem os povos indígenas de forma não estereotipada, a existência de um pensamento de bagagem de conhecimento acabado por alguns professores que não buscam se atualizar em novos estudos e pesquisas, e também a falta de formação continuada ofertada por secretarias de educação aos professores, além da escassez de disciplinas que abordem a temática indígena inseridas em cursos voltados para a formação dos docentes.

Tais apontamentos são mencionados em uma pesquisa realizada no intuito de perceber a prática docente e sua relação com as leis 10.639/03 e 11.645/08 em algumas escolas, onde o autor desta, Pereira (2011, p. 167) destaca desafios para a implementação da temática indígena:

[...] a busca por cursos de formação para efetiva prática das leis, acompanhada por pedidos de que sejam flexibilizados os horários de atuação docente para planejamento de ações conjuntas, e para que os professores possam construir critérios mais qualificados e compartilhados para análise e seleção de materiais pedagógicos. Alguns entrevistados relatam a sua falta de conhecimento sobre os temas tratados e também os receios – sobretudo nos confrontos com famílias – de que novos preconceitos ou novas formas de discriminação estejam em processo de gestação.

Os dados acima mostram que ainda há a escassez quanto à procura por cursos que oportunizem conhecimentos acerca da temática assim como a sobrecarga destacada pelos professores, o que pode estar diretamente relacionado com a primeira.

Ainda sobre a formação de professores, Silva (2012) em seu relatório publicado pelo Ministério da Educação, demonstra que por mais que o número de Instituições de Nível Superior do país seja amplo, somente uma pequena minoria destes possuem cursos com currículos que atendam a implementação da Lei 11.645/08 (Silva, 2012, p. 22).

Conforme este relatório, “dentre os diversos argumentos levantados para explicar tal situação, o principal entrave para a implementação de novas disciplinas que incluíssem a temática indígena no âmbito do ensino superior – assim como na educação básica – parecia ser o desconhecimento do tema” (Idem, p. 22).

Tais apontamentos demonstram que até mesmo no ensino superior a inclusão de currículos direcionados ao tema indígena se faz precária, visto que a maioria das instituições não oferecem disciplinas voltadas para tal, dando ênfase no desconhecimento abrangente em relação a temática, mesmo bastante tempo após a implementação da lei. Discursos como estes se pautam na vertente de que a maioria das produções sobre os nativos possuem um caráter carregado de estereótipos, no entanto estes cenários precisam mudar.

Em relação aos cursos de formação, Oliveira (2015, p. 218 - 219) assim afirma:

Os cursos de licenciatura, da mesma forma que os livros didáticos, acabam privilegiando uma parte dessa história ao enfocar apenas os “impérios” Inca, Maia e Asteca, já que são vistos como sociedades mais avançadas e que se aproximam da noção europeia de “civilização” por apresentarem estado centralizado, hierarquia social, obras arquitetônicas e urbanas.

Desse modo, os primeiros ensinamentos acerca da história indígena foram construídos a partir de uma perspectiva eurocêntrica, e isso acarretou a uma construção identitária nacional que coloca os povos originários como secundários e não civilizados. Nessa vertente, pouca visibilidade lhes é atribuída, prejudicando o vasto conhecimento e isso tem se feito presente até os dias atuais. Mesmo após muitas conquistas, cenários como os mencionados ainda se fazem presentes em sua grande maioria.

Para que a prática docente seja efetivada, com êxito é necessário que os profissionais tenham uma preparação, conhecimento sobre a temática e meios de recursos materiais para isso, caso contrário, o ensino e a aprendizagem continuaram a abordar os povos originários de forma fútil e ultrapassada, fundamentando-se em conhecimentos carregados de estereótipos e visão eurocêntrica. Assim, ideias e pensamentos sobre um indígena único e idealizado continuarão sendo propagados, gerando até achismos que dizem respeito à extinção desses povos.

A partir dos pontos apresentados, fica evidente que compreender a importância prática docente para a construção de ensino a respeito da temática indígena é algo fundamental na elaboração de práticas que oportunizem o conhecimento rico e amplo pelos alunos.

Diante disso, cabe ainda destacar que o preparo dos profissionais docentes responsáveis por esse ensino também é essencial, trazendo a necessidade de currículos que abordem nos cursos de formação docente, grades curriculares que contemplem esta demanda, visto que não adianta apenas cobrar, mas também fornecer meios para tal proposta.

### **3.3 Metodologias para o ensino de aspectos referentes aos povos indígenas**

Durante muito tempo, perdurou no ensino uma estereotipação do ser indígena, associando a este um olhar cheio de marcas coloniais. Nessa vertente, Silva (2022) chama atenção para o olhar acerca do indígena “... seja no ensino desde o nível básico e até mesmo no Ensino Superior, seja na mídia e no senso comum, ainda predomina a folclorização, o exotismo e o romantismo”. Ao tecer conversas com pessoas no cotidiano fica evidente que a maioria tem lembranças voltadas ao “dia do índio” comemorado nas escolas, onde os professores mediavam apresentações em que os alunos vestiam-se com penachos e pintavam o corpo, fazendo sons com a boca no intuito de retratar a figura de um “índio” idealizado. Tal aspecto é assim mencionado por Trindade (2013, p. 20):

[...] grande parte das instituições escolares não faz desse dia um momento significativo, pois não o utilizam para promover debates sobre as questões a respeito da história dos indígenas no passado e no presente e seus direitos constitucionais e o descumprimento desses direitos pelo Estado e parte da sociedade. Ao invés disso, muitas escolas trabalham o dia do índio de maneira inadequada, sob o signo do exótico e do passado, reforçando imagens pejorativas, estígmas e preconceituoso contra os indígenas.

O trecho destacado acima, retrata a realidade de grande parte das escolas do país, onde metodologias estereotipadas reinam, na forma de retratar os nativos. Tais metodologias acabam por contribuir para a propagação de um aprendizado que pensa o indígena apenas com uma perspectiva colonial e não de madeira crítica e social.

No entanto, o que ainda é novo é exatamente o olhar plural ao se pensar nos indígenas. Esses povos possuem uma vasta diversidade cultural, sejam de línguas maternas, costumes e até mesmo nos modos de viver. Os originários não se resumem somente aos “indiozinhos” que estão inseridos nas metodologias estereotipadas utilizadas em salas de aula, em diversos

discursos ou ainda, idealizados na cabeça de pessoas que acham estarem certas ao falarem sobre os indígenas com muita convicção acerca de seus trajes e costumes em uma única representação.

Referente à história indígena no ensino fundamental, esta ganhou mais espaço apenas a partir da promulgação da já mencionada lei nº 11.645 de 2008, uma vez que trouxe a obrigatoriedade dessa temática para esse nível de ensino. Essa lei por si só já traz um grande avanço, embora, muitas vezes ainda seja notado uma carência quanto a sua vigência nas escolas. Fernandes (2023, p. 5) sobre o ensino a partir da lei mencionada:

A história indígena ensinada nas escolas ainda é pautada por um discurso majoritariamente eurocêntrico e generalista que enfatiza apenas o processo histórico colonial de dominação, exploração e opressão dos indígenas, difundindo a ideia de que estes povos desapareceram ou foram extintos através do extermínio ou da “aculturação”.

Afirmações como as destacadas acima, produzem ideias tão distorcidas que existem pessoas que acreditam não haver mais a presença de indígenas no território brasileiro, acreditando que os poucos que restaram deixaram de ser indígenas e começaram a viver como pessoas não indígenas.

Toda essa distorção entre o que deve ser ensinado a respeito dos povos originários e as metodologias abordadas em sala de aula, causam muitos problemas quanto à aprendizagem dos alunos e conhecimento que estes irão construir a esse respeito.

Com a perpetuação de metodologias estereotipadas que não promovem o conhecimento diversificado, ideias que já deveriam nem existir continuarão a ser propagadas e a visão em relação aos nativos continuará a mesma que se deu desde a colonização do Brasil. A respeito disto Kayapó (2019, p. 73) afirma que para que se efetive a inserção da temática indígena nos currículos escolares é necessária “uma mobilização em termos de pesquisa e da produção de outras histórias que confrontem a versão da história que silencia e generaliza esses povos”. O referido autor também destaca a necessidade da contação de histórias que retratem também essa perspectiva a partir de uma visão inígena sobre os acontecimentos como procedimento metodológico.

Mesmo que a lei nº 11.645 de 2008, já tenha mais de uma década de sua promulgação, cabe trazer a existência de estereótipos que ainda se fazem presentes nos livros didáticos. Existe lei que diz haver a obrigatoriedade de estudos da temática indígena inserida nas turmas de ensino fundamental em escolas, assim como há lei que define a nomenclatura indígenas ao

invés de índio para a data comemorativa referente ao enfrentamento sobre a importância e diversidade cultural existente.

Ademais, os próprios materiais didáticos de apoio ao professor e estudantes vão contra ao que defendem tais legislações, visto que, pouco se vê a respeito dos nativos nos livros didáticos e quando são abordados, ainda vem unicamente de forma inadequada, com a figura dos indígenas retratados em sua maioria pelados, pescando e até mesmo em suas ocas. Pouco se vê imagens de indígenas utilizando tecnologias bem como, em uma universidade. A temática só é colocada por pequenas pinceladas ao se referir sobre o “descobrimento do Brasil”, colocando sobre estes uma associação ao que impuseram na época colonial.

Ao analisar livros didáticos de história de 2º e 3º ano de ensino fundamental de diferentes editoras, Silva e Amorim (2016, p. 24) constataram que:

Livros que foram aprovados pelo PNLD e publicados em 2011 e 2012 ainda continuam com uma percepção distorcida e mascarada sem grandes mudanças significativas no tocante aos povos indígenas, ou seja, há uma repetição alienada e reproduzivista nesses materiais didáticos e, infelizmente, o conhecimento histórico é homogeneizante e sem nenhuma problematização. Apesar de estarem perto da história social e econômica, continuam longe da história cultural.

Conforme o exposto, livros didáticos continuam propagando ideias difusas referentes aos nativos, visto que mesmo após todo esse tempo, continuam a apresentá-los de forma pejorativa, ficando distante da exposição de sua história cultural como bem traz o autor.

São a partir de cenários como estes que estereótipos continuam presentes em discursos propagados no dia a dia, fazendo com que várias pessoas da sociedade tenham em mente a ideia da não mais existência de comunidades indígenas. Abordar os nativos somente no dia 19 de abril, também deixa um viés de pouca importância, dado que não se tem uma conversação a respeito destes no decorrer do ano, ficando a ser abordado somente neste dia. Estes povos fizeram parte da construção de nossa nacionalidade e estão presentes até hoje em muitas práticas e costumes que realizamos no nosso cotidiano. Conhecer e compreender os povos originários, é também aprender sobre nossas raízes e traços de nossas personalidades, é além de tudo isso, perceber que também carregamos em nosso sangue traços indígenas.

Trazer para sala de aula metodologias que abordem os povos indígenas de forma a propiciar aos alunos conhecimentos que colaborem para a diversidade cultural existente nesses, faz com que os alunos tenham uma visão mais ampla e além disso, colabora para a fuga dos estereótipos ainda associados aos povos indígenas.

Ao percebermos isso, fica visível a importância da construção de metodologias que propiciem estes aprendizados. A partir de apontamentos como este, Bicalho, Tristão Maciel e Oliveira (2022), há a necessidade da criação de oportunidades favoráveis para a percepção dos docentes e discentes quanto à contemporaneidade dos indígenas.

Ao elencar metodologias a serem trabalhadas em sala de aula, com o intuito de quebrar esses estereótipos, podemos mencionar as diversas línguas faladas pelos diferentes povos indígenas, o modo de viver de cada comunidade indígena, seus costumes, e outras distinções entre os mesmos. Reflexo disto na educação, seria fazer com que os alunos conheçam as particularidades existentes, aprendendo que os indígenas possuem etnias diferentes, assim como costumes, construindo uma nova ideia e rompendo com a imagem de um indígena idealizado e diferente da figura colonial ainda presente no pensamento de muitas pessoas.

Ainda sobre isso, Bergamaschi e Gomes (2012, p. 61 - 62) trazem que “Construir esse entendimento com os alunos é uma forma de superar preconceitos desprestigiados e contribuir para uma visão mais condizente dos indígenas com os modos de vida de cada povo”. Entender e construir esse aprendizado de forma que o conhecimento retratado pelos alunos seja algo positivo e esclarecido, proporciona o compartilhamento e propagação de ideias assertivas sobre a temática.

Para que isto ocorra, as metodologias devem possuir um caráter que propicie a aprendizagem significativa. Tavares (2004, p. 56) traz que para que a aprendizagem significativa ocorra, é necessário a existência de três pilares, sendo: “A oferta de um novo conhecimento estruturado de maneira lógica; a existência de conhecimentos na estrutura cognitiva que possibilite a sua conexão com o novo conhecimento; a atitude explícita de apreender e conectar o seu conhecimento com aquele que pretende absorver.”. A partir da aquisição do conhecimento pela aprendizagem significativa, o autor mencionado acima traz que o aprendizado é transformado do significado lógico, para o psicológico, cabendo a cada indivíduo um conhecimento com traços pessoais envolvidos.

A partir da aprendizagem significativa elencamos a pedagogia defendida por Freire (2022), que traz a utilização de materiais inseridos na realidade dos alunos para compor as metodologias a serem trabalhadas uma temática a ser aprofundada, favorecendo assim, a um maior aprendizado destes, visto que com a associação do que está próximo ao seu cotidiano o conhecimento se torna mais consolidado.

Com a sociedade atualmente bastante inserida no universo das tecnologias, é muito válido a inserção do uso destes recursos para as propostas metodológicas a serem utilizadas

como ferramentas para este ensino. Trazer este viés para a temática indígena se faz muito importante para a construção por parte dos alunos de perfis de redes sociais de pessoas indígenas ativistas de direitos ligados a seus povos, escritores e outros, promovendo que as crianças busquem conhecer estas pessoas e permitindo que elas vejam os povos originários ocupando diversos espaços que não somente em suas comunidades.

Bicalho, Tristão Maciel e Oliveira (2022, p. 117) afirmam que “as produções audiovisuais e as mídias sociais contribuem de forma expressiva como fonte de informações sobre os povos indígenas”, embora, os mesmos autores ressaltam ainda o pouco acesso dos estudantes a estas produções. Dito isso, é importante frisar a necessidade em serem levados para as salas de aula essas produções que retratam os originários de forma a explorar seu dia a dia e costumes, para que os alunos percebam a vasta dimensão de suas culturas.

Além disso, abordar comidas de origem indígena, inseridas no cotidiano dos alunos, também é um ótimo meio de fazer uma ponte entre sua realidade e a temática discutida. Outras maneiras seriam nomes de animais, lugares, nomes de pessoas originados dos indígenas, poderia até mesmo trazer brincadeiras, historinhas e muito mais, tudo isso colaborando para este olhar plural, desvinculando a mesmice em relação aos indumentários utilizados nas práticas metodológicas muitas vezes de forma inadequada.

Mais uma vez podemos mencionar a *internet* como um instrumento muito válido e que pode contribuir bastante para a busca dessas informações, devido à vários materiais que essa disponibiliza, sejam filmes ou documentários. No entanto, Kayapó (2019), chama a atenção para a rigorosidade e o cuidado que deve existir em meio a essas buscas nos meios virtuais, devido a informações disponíveis que possuem caráter preconceituoso e acaba por fomentar ainda mais a propagação de ideias a serem superadas.

Os autores Bicalho, Tristão Maciel e Oliveira (2022), mencionam o livro *Jogos e brincadeiras na cultura Kalapalo*, organizado por Marina Herrero e Ulysses Fernandes, como um recurso interessante que pode servir de apoio para o planejamento de atividades lúdicas englobando a temática. Recursos como esses citados, podem servir de apoio para docentes, ao produzirem práticas a serem trabalhadas com os alunos.

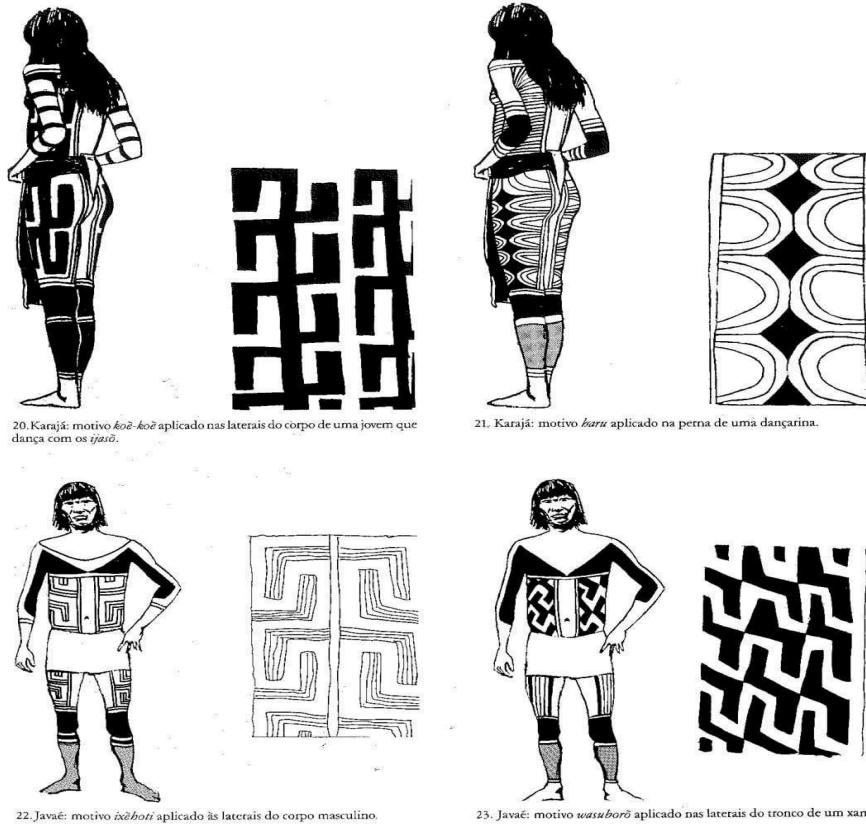
Para além do que já fora citado, cabe destacar ainda, pesquisas voltadas para a existência de comunidades indígenas no Estado em que a escola se constitui, como também a distinção entre os grafismos indígenas e os seus respectivos significados.

Vidal (2000, p. 13) denomina de grafismo “Pintura e as manifestações gráficas dos grupos indígenas”. Já Lagrou e Van Velthem (2018, p. 141) destacam que:

[...] os grafismos não apresentam propriamente a configuração de um ser humano ou de um animal, vegetal, espírito ou sobrenatural, mas seus contornos expressam as concepções que caracterizam e identificam cada um desses elementos e, por esta via, são estabelecidas relações e o acesso dos seres humanos a diferentes mundos. Em muitos casos, é a compreensão dessa duplidade relacional que capacita uma pessoa indígena a percorrer o longo caminho de conformação do ser social.

Compreendemos que estes símbolos são importantes para os originários, servindo como representação de linguagem, o que extrapola o conceito objetivo de adorno físico, ou simplesmente beleza. Estes possuem significados que vão além do que fica evidente na pintura em si, buscando enfatizar de forma principal sua essência, pautando-se em algo cosmológico e de viés social. Estas pinturas são feitas principalmente nos corpos, conforme apresentado na imagem I.

### Imagen 1 - Grafismos e pinturas corporais



Fonte: Vidal, 2000.

Como é possível perceber na imagem, alguns grafismos indígenas são utilizados como pintura corporal e representam, muitas vezes elementos da própria natureza, como por exemplo, pele de animais.

A respeito da utilização dos grafismos e outros indumentários corporais, Bicalho, Tristão Maciel e Oliveira (2022, p. 121), afirmam que estes podem até ser utilizados por alunos não indígenas em apresentações nas escolas para a representação destes povos, porém, os autores mencionam a necessidade de ensinar:

[...] aos estudantes que estas produções cristalizam ações, valores e ideias características da cultura em que estão inseridas. Desse modo, se os estudantes sentirem vontade de se pintarem ou de reproduzirem instrumentos da cultura indígena, como tradicionalmente se tem feito no Dia do Índio, que seja uma atividade fundamentada em um trabalho de pesquisa, para que, quando saírem da sala de aula, possam levar, além das pinturas e objetos reproduzidos, informações e conhecimentos sobre a origem, o significado e seu uso no cotidiano indígena.

Conforme a citação, não é errado pintar alunos no intuito de representar os nativos, desde que haja ensinamentos acerca daquelas representações, para que as crianças percebam o significado de sua produção e possam também passar esse conhecimento adiante. Assim, ao serem questionados sobre tais representações os alunos irão conseguir explicar o significado das pinturas, indumentárias, destacando até mesmo ao povo que aquilo faz parte, ao invés de somente responderem que “são os índios que andam assim”, como se o ser indígena fosse apenas um único modo de viver.

Podemos mencionar ainda como procedimentos metodológicos, palestras inseridas nas escolas preferencialmente ministradas por indígenas, já que há a importância de dar voz às próprias pessoas indígenas, pois nada como estas mesmas para discorrer tendo seu local de fala. Tal aspecto é confirmado por Kayapó (2019, p. 76) ao afirmar que “[...] é importante que nas aulas sobre o tema indígena tenham, periodicamente, a presença de integrantes desses povos que relatam a situação social de seu povo e suas histórias[...]”.

Carie e Oliveira (2018, p. 785), destacam que:

Talvez o mais importante passo no caminho de uma história dos ou sobre os índios para a história na perspectiva e autoria propriamente indígenas, seja o uso da expressão sempre no plural: “histórias indígenas”. Assim, o ensino de histórias indígenas possibilita pensar em estratégias metodológicas para fazer emergir, em um cenário público, as histórias contadas pelos indígenas e fomentar o diálogo entre estas e as histórias já consolidadas pela academia e pela história escolar.

Os autores defendem a ideia de que sejam usadas sempre o termo histórias indígenas, remetendo a várias e o embate dessas perspectivas a fim de propiciar um olhar crítico acerca do tema, contribuindo ainda para o despertar de interesse referente à importância de vozes indígenas presentes nesses discursos e abordagens.

Em suma, todos os exemplos citados ao longo desta subseção fazem parte de algumas metodologias que podem auxiliar professores em discussões realizadas em sala de aula sobre a temática indígena, auxiliando na superação de estereótipos associados aos povos originários.

Conforme os pontos destacados, percebemos que o uso de metodologias empregadas nas salas de aula para o processo de ensino e aprendizagem ainda são carregadas de marcas coloniais, fato que propaga a ideia de um indígena construído em 1500.

Cabe destacar a defesa dos originários acerca desta questão ao afirmarem que é essencial trazer para os discursos vozes de ativistas indígenas que se envolvem com causas que defendem seus ideais, costumes, crenças e sua visão histórica, tirando o foco dos europeus que centralizam os seus em detrimento aos nativos (Kayapó, 2019). Tais propostas possibilitam aos alunos a construção de um conhecimento que vai além dos propagados até os dias atuais e deixam de lado os saberes indígenas.

A partir dos pontos centrais analisados nesta pesquisa, apresentamos na sequência as considerações finais do estudo..

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir de vivências pessoais enquanto estudante da educação básica, assim como no ensino superior, tivemos inquietações a respeito da cultura indígena, resultando em algumas indagações internas que colaboraram de forma significativa para o desenvolvimento desta pesquisa.

Partindo do pressuposto de que a investigação de cunho bibliográfico possui os objetivos para sua execução, destacamos que a nossa teve como objetivo geral analisar subsídios teóricos acerca do ensino da temática indígena em salas de aula do ensino fundamental, além de especificamente, discutir a efetivação da Lei Federal 11.645/2008; demonstrar a importância da prática docente ao ser abordado a cultura indígena em salas de aula; descrever as metodologias utilizadas para se trabalhar os povos indígenas no Ensino Fundamental relacionando aos conhecimentos construídos pelos alunos.

A análise fundamentou-se em referências que abordam o percurso histórico dos indígenas, objetivando retratar as conquistas alcançadas, assim como os retrocesso ainda vigente a partir da implementação da Lei Federal 11.645 de 2008, que aborda a necessidade de disseminação de conhecimentos sobre as culturas indígenas nas salas de aula. Tal legislação já está em vigor há mais de dezessete anos, no entanto, o que é previsto por lei não está sendo efetivado na prática, ressaltando que a temática ainda é pouco trabalhada e quando é discutida se centraliza apenas na data comemorativa dezenove de abril.

Em alusão à prática docente, esta foi conceituada pelos autores como fundamental para a criação de um ensino que promova práticas para além de estereótipos que ainda nos dias atuais são associados aos povos originários. No entanto, percebemos com este trabalho que a própria docência se faz carente de conhecimentos, podendo destacar a ausência de disciplinas nas grades curriculares dos cursos de formação de professores que abordem a temática em questão para a disseminação de um conhecimento mais rico e diversificado.

Com foco no estudo de metodologias utilizadas para a representação indígena, foi possível notar a constante repetição de uma ideia totalmente distorcida e estereotipada ao ser abordado os nativos para os alunos. Isto porque os discursos metodológicos são pautados na confecção de fantasias indígenas que colocam os povos originários em um mesmo quadro identitário, acabando por construir nos alunos um conhecimento restrito, como se os nativos não tivessem costumes e modos de viver distintos.

Além disso, elencamos a tecnologia a favor dos professores no quesito de trazer para os alunos perfis de redes sociais de ativistas indígenas para que percebam esses povos antes

de tudo como pessoas com valores, costumes, crenças e que assim como nós, possuem vários grupos com imaginários diferentes.

Diante do exposto, compreendemos que nossa investigação conseguiu alcançar os objetivos, revelando que a efetivação da lei 11.645 de 2008, ainda caminha a passos lentos, visto que a discussão da temática indígena só é realizada de maneira majoritária, uma única vez por ano. Constatamos também a importância da prática docente para o ensino dessa temática na sala de aula, trazendo essa prática como uma ferramenta que possibilita a construção de um aprendizado significativo para os alunos.

Referente às metodologias utilizadas pelos professores nas salas de aula, percebemos ainda a estruturação de práticas ligadas de forma principal a estereótipos que continuam se perpetuando, devido a falta de metodologias que promovam o olhar para a diversidade cultural dos originários. Com isso, elencamos metodologias diferenciadas que possam ampliar o olhar dos professores em relação a práticas metodológicas utilizadas em sala de aula.

Ressaltamos ainda a necessidade atual da ampliação de estudos que promovam discussões a respeito da temática, possibilitando aos professores, alunos e comunidade em geral, conhecimentos amplos acerca da cultura indígena.

Ademais, esperamos que o presente trabalho possa contribuir para consultas de professores que busquem aprofundar seu conhecimento sobre os povos originários, assim como consultar algumas metodologias a serem utilizadas na sala aula. Esperamos também que o mesmo possibilite a construção de novas pesquisas e abordagens na área, a fim de romper com os estereótipos ainda existentes acerca dos indígenas.

Em relação aos estudos a serem realizados na área, destacamos de forma central a elaboração de pesquisas voltadas para a discussão a respeito da inserção de disciplinas que tratem da temática em questão nos currículos de cursos de formação docente, bem como em programas de formação continuada para professores, visando o conhecimento e difusão deste nas salas de aula, dado sua importância para a construção de nossa nacionalidade, ainda deixada de fora na maioria dos discursos.

## REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. **Ensaios de educação intercultural.** Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 1, p. 53-69, 2012.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos; MACIEL, Roseli Martins Tristão; OLIVEIRA, Fernanda Alves da Silva. O dia do índio na escola não indígena uma tradição que precisa ser (des) inventada: Do Decreto - Lei Nº 5540/1943 à Lei 11.645/2008. **Revista eletrônica História em Reflexão**, v. 16, n.31, p. 102-128, 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 15 de maio, 2024.

BRASIL. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino.** Brasília, DF: Planalto, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 16 maio 2024.

BRASIL. Brasília, DF: **Planalto, Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível medio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF: Planalto, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm). Acesso em: 16 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.402, de 8 de julho de 2022.** Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943. Brasília, DF: Jusbrasil, 2022. Disponível em: [LEI Nº 14.402, DE 8 DE JULHO DE 2022 \(jusbrasil.com.br\)](http://LEI%20N%2014.402,%20DE%208%20DE%20JULHO%20DE%202022%20(jusbrasil.com.br)). Acesso em: 27 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Planalto, 2008. Disponível em: [L11645 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 27 mar. 2024.

BRASIL, Daise do Socorro Serrano. **A história do “descobrimento” do Brasil na perspectiva dos indígenas Kaká Werá Jecupé e Daniel Munduruku.** 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRINGMANN, Sandor Fernando; GÖTTERT, Marjorie Edyanez dos Santos. **O ensino de história indígena através de narrativas indígenas:** reflexões a partir da interculturalidade crítica e da decolonialidade. Sobre Tudo, v. 12, n. 1, p. 55-90, 2021.

CARIE, Nayara Silva de; LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. **Da história dos índios às histórias indígenas:** descolonizando o ensino de história Educação, vol. 43, núm. 4, 2018, Outubro-, pp. 773-790 Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais / 4. ed.** - São Paulo : Cortez, 2000. - (Biblioteca da educação, Série 1. Escola; v.16)

CUNHA, Manuela Carneiro (Org). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1992.

DA SILVA, Cintia Gomes; DO AMORIM, Roseane Maria. A imagem dos povos indígenas nos livros didáticos de história do segundo e terceiro anos do ensino fundamental: contextos, caminhos e alternativas. **Revista Cocar**, v. 10, n. 20, p. 158–184, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/970/628>. Acesso em: 29 maio 2024.

FERNANDES, Anne Karoline Telles. **“Marcha indígena 2000”**: ensino de História com documentos e narrativas indígenas sobre os 500 anos de “descobrimento” do Brasil. Monografia (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, p.27. 2023

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, p. 534-551, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. In : \_\_\_. Prática docente: primeira reflexão. 74 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GIL, Antonio Carlos . **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KAYAPÓ, Edson. **A diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil**: o que a escola tem a ver com isso?. Educação em rede: Culturas indígenas, diversidade e educação: Sesc | Serviço Social do Comércio Departamento Nacional 2019.

LAGROU, Els; VAN VELTHEM, Lucia Hussak. As artes indígenas: olhares cruzados. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 87, p. 133-156, 2018.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. **História indígena**: saberes discentes, práticas escolares e formação docente no Distrito Federal. História e Perspectivas, Uberlândia, n. 53, p. 222, 2015.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. **Metodologia da pesquisa**: Abordagem teórico-prática. 10 ed. Papirus, [s.a].

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 22, n. 2, p. 72-89, 1996.

PEREIRA, Júnia Sales. Diálogos sobre o Exercício da Docência – recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 1, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/15073>. Acesso em: 1 jun. 2024.

RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas; colaboradores José Augusto de Souza Peres... et al. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Beatriz Carretta Corrêa da. Projeto CNE/UNESCO 914BRA1136.3. Contrato nº SA-3193/2012. **Relatório intermediário de consultoria**. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação. Novembro de 2012.

SILVA, Edson. Ensino e sociodiversidades indígenas: possibilidades, desafios e impasses a partir da Lei 11.645/2008. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 15, n. 35, p. 21-37, 2014.

SILVA, Edson. Os povos indígenas e o ensino: (re)conhecendo sociodiversidades na educação para as relações étnico-raciais. **Revista de estudos indígenas de Alagoas – Campiô**, v. 1, n.1, p. 4-19. 2022.

TAVARES, Romero. Aprendizagem significativa. **Revista conceitos**, v. 10, n. 55, p. 55-60, 2004.

TRINDADE, Fernanda Nardes da. **Representação dos índios na escola: a experiência de uma oficina pedagógica.** Monografia (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, p. 49. 2013.

VIDAL, Lux. **Grafismos e pinturas corporais.** Imagem 1. 2º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

VIDAL, Lux (Org.). **Grafismo indígena: estudos de Antropologia Estética.** 2. ed. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 2000